

Título: Análise da Interseccionalidade nos Conteúdos de Geografia do Currículo de Mato Grosso do Sul: Gênero, Raça e Classe

Autora: Alessandra Alves Pereira¹, Valéria Rodrigues Pereira²

Resumo

Este trabalho é resultado da monografia intitulada “A interseccionalidade no ensino de geografia em Mato Grosso do Sul: uma análise dos conteúdos curriculares no ensino fundamental” defendida no ano de 2021 no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Trata-se de uma análise das categorias identitárias de gênero, raça e classe no ensino de geografia com base no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2019).

Palavras-chave: Geografia; Currículo; Interseccionalidade.

Abstract

This work is the result of the monograph entitled “Intersectionality in the teaching of geography in Mato Grosso do Sul: an analysis of curricular contents in elementary education” defended in 2021 in the Geography Degree course at the Federal University of Mato Grosso do Sul, Três Lagoas campus. It is an analysis of the identity categories of gender, race and class in the teaching of geography based on the Reference Curriculum of Mato Grosso do Sul (2019).

Keywords: Geography;Curriculum; Intersectionality.

1. Introdução

A interseccionalidade constitui o conceito orientador deste trabalho, funcionando como ferramenta analítica fundamental para a compreensão das múltiplas formas de opressão e suas articulações no cotidiano social e educacional. Compreendida inicialmente no âmbito das teorias feministas e das pesquisas de gênero, especialmente por mulheres negras, essa perspectiva permite analisar como

¹ Mestranda em Geografia, UFMS/CPTL

² Docente em Geografia, UFMS/CPTL

categorias sociais como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, deficiência e idade se entrecruzam e moldam as experiências dos sujeitos de maneira interdependente. O presente estudo retoma esse conceito a partir de sua formulação acadêmica e histórica, com destaque para as contribuições de autoras como Collins e Bilge (2021) e Akotirene (2020), que denunciam a elitização da interseccionalidade no meio acadêmico e reforçam seu papel enquanto instrumento crítico de intervenção social. Tal abordagem, como argumenta Pereira (2021), também permite ampliar a reflexão sobre as desigualdades estruturais e vislumbrar práticas pedagógicas que favoreçam a construção de um ensino transformador.

Nesse sentido, ao nos aproximarmos da interseccionalidade no contexto educacional, especialmente no ensino de geografia, propomos uma leitura crítica dos conteúdos escolares que leve em consideração os atravessamentos de poder e identidade que configuram a realidade dos alunos. Pereira (2021) defende que, ao aplicar a interseccionalidade no processo educativo, promovemos não apenas um entendimento mais complexo das dinâmicas sociais, mas também o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Assim, a proposta deste trabalho parte do pressuposto de que o ensino de geografia pode — e deve — incorporar tais reflexões para que se torne mais dialógico, inclusivo e crítico, contribuindo para a formação cidadã e o reconhecimento das diversidades nas vivências escolares e territoriais.

2. Metodologia

A pesquisa desenvolvida por Pereira (2021) adotou uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental do *Curriculum de Referência de Mato Grosso do Sul (2019). A escolha do recorte territorial do estado foi justificada pela localização da universidade em que se encontra o curso de Licenciatura em Geografia, de onde partiu a investigação. Segundo a autora, esse currículo orienta o ensino na rede estadual pública e permite compreender os principais direcionamentos pedagógicos das disciplinas escolares. Para fundamentar a análise, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a formação e aplicação do conceito de

interseccionalidade, bem como a busca por práticas pedagógicas que contemplassem, ao menos, uma das categorias de análise adotadas no estudo: gênero, raça e classe.

A análise dos dados coletados seguiu a metodologia de análise de conteúdo, conforme as proposições de Bardin (2016) e Moraes (1999), desenvolvendo as etapas de categorização, descrição e interpretação dos dados. Após esse processo preparatório, Pereira (2021) examinou o *Curriculum de Referência de Mato Grosso do Sul (2019), com recorte voltado especificamente aos anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano). A investigação teve como objetivo verificar a presença e o tratamento dado às três categorias identitárias mencionadas — gênero, raça e classe — por meio da análise de todas as seções do documento curricular: unidades temáticas, objetos do conhecimento, habilidades e ações didáticas. Esse percurso analítico possibilitou a identificação de sentidos simbólicos e das margens pedagógicas disponíveis para o trabalho com a interseccionalidade no ensino de Geografia.

Em seguida, os dados considerados relevantes foram organizados em uma ficha de coleta (Quadro 1), acrescida de uma coluna destinada à marcação das categorias interseccionais abordadas.

Quadro 01: Ficha para coleta de dados no Curriculum.

Unidades Temáticas	Objetos do Conhecimento	Habilidades	Ações Didáticas	Categoria

Fonte: Pereira, 2021.

O critério adotado por Pereira (2021), foi a existência de evidências diretas ou indiretas das temáticas de classe, raça e gênero, os registros foram organizados de acordo com as categorias interseccionais (gênero, raça e classe) e classificados conforme os anos escolares. Essa organização possibilitou uma melhor visualização da ocorrência de cada categoria, assim como das possíveis intersecções entre elas, ao longo do 6º ao 9º ano.

3. Resultados e Discussão

O trabalho de Pereira (2021) organiza os resultados de pesquisa em quatro partes, uma para cada categoria de análise escolhida (gênero, raça e classe) além de uma sessão para os resultados compreendidos como interseccionais, uma vez que apresentam mais de uma categoria de análise de uma vez, e/ou onde os dados implícitos possibilitariam aos docentes trabalhar as categorias de gênero, raça e classe nas aulas de geografia.

No que tange ao gênero, de forma direta, nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, observa-se a presença da temática de combate ao sexismo em três momentos distintos nas ações didáticas: no 8º ano, ela aparece vinculada à habilidade que trata de áreas de conflito e tensões territoriais (MS.EF08GE11.s.21); no 9º ano, essa temática é retomada em duas habilidades, uma voltada à valorização das identidades e interculturalidades regionais (MS.EF09GE04.s.03) e outra relacionada às manifestações culturais de minorias étnicas (MS.EF09GE03.s.05). Na apresentação dos dados da pesquisa, não foi elaborado um quadro específico com os dados relacionados exclusivamente ao gênero, uma vez que essa categoria, quando mencionada, aparece articulada a outras categorias de análise, como classe e raça, estando, portanto, incluída na tabela de dados interseccionais. Além disso, verificou-se também certa abertura para o trabalho com questões de gênero nos 6º e 7º anos, especialmente nas ações didáticas que destacam a “valorização da diferença e aceitação do outro”, o que permite a abordagem dessa temática em sala de aula (Pereira, 2021).

Pereira (2021) destaca que a inserção de discussões relacionadas à temática racial no ensino de Geografia contribui significativamente para que os estudantes compreendam a diversidade e aprendam a conviver em sociedade de forma mais inclusiva, engajando-se na luta antirracista. A autora ressalta que esse trabalho pedagógico é fortalecido pela Lei nº 10.639/2003, a qual torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados, legitimando a abordagem da temática racial como parte integrante do currículo escolar.

A análise dos dados evidenciou que há momentos específicos nos quais a questão racial é contemplada de forma explícita no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2019), especialmente nos 7º e 8º anos do Ensino Fundamental. No 7º ano, a temática do racismo e da xenofobia é abordada por meio da habilidade que trata da diversidade étnico-cultural da população brasileira, o que permite o desenvolvimento de competências como empatia, aceitação do outro e compreensão da diversidade. Ainda nesse ano, outra habilidade se relaciona ao reconhecimento das territorialidades de grupos historicamente marginalizados, como povos indígenas e comunidades quilombolas, possibilitando uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos.

No 8º ano, a discussão racial aparece relacionada à descrição dos fluxos migratórios e das diásporas humanas ao longo da história. Essa abordagem permite a inserção das Leis nº 11.645/2008, que reforça o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, e nº 13.445/2017, que trata do estatuto do estrangeiro. Tais legislações ampliam o escopo da análise dos movimentos populacionais ao incluir aspectos históricos, culturais e políticos relacionados à migração de africanos e latino-americanos para o Brasil, promovendo uma compreensão mais crítica e contextualizada desses fenômenos.

Dessa forma, a autora conclui a sessão ressaltando que, embora a categoria “raça” apareça isoladamente em apenas três momentos nos documentos analisados, sua presença é significativa, pois aponta para possibilidades reais de trabalho pedagógico que atendam às diretrizes legais e contemplem a diversidade étnico-racial no ensino de Geografia. A sustentação legal das abordagens analisadas reforça a importância de manter a temática racial como um eixo central nos documentos curriculares e nas práticas educativas (PEREIRA, 2021).

Na análise dos conteúdos curriculares de Geografia do Ensino Fundamental II, com foco na categoria "classe", observa-se que há uma abertura significativa para a abordagem de temáticas relacionadas às relações sociais, trabalhistas e à desigualdade econômica. No 7º ano, por exemplo, os objetivos de aprendizagem propõem que os alunos compreendam as consequências da produção, circulação e

consumo de mercadorias, relacionando-as à distribuição desigual de riquezas e aos impactos ambientais. Essa perspectiva permite trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar, estimulando uma compreensão crítica da organização socioespacial (PEREIRA, 2021).

No 8º ano, a proposta didática direciona-se à análise da segregação socioespacial em cidades latino-americanas, como favelas, zonas de risco e áreas alagadas. Esse enfoque possibilita a construção de um diálogo com a realidade local dos estudantes, tornando o conteúdo mais significativo e promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Nesse sentido, a escola torna-se um espaço potente para refletir sobre as desigualdades urbanas e as relações de classe presentes nas dinâmicas cotidianas dos alunos (PEREIRA, 2021).

Já no 9º ano, a categoria “classe” é abordada em dois momentos distintos. Primeiramente, na análise comparativa de países da Europa, Ásia e Oceania, incentivando a discussão sobre desigualdades sociais e econômicas em escala global, o que favorece a articulação com a realidade brasileira. Em seguida, a abordagem das transformações no mundo do trabalho decorrentes do avanço técnico-científico e da industrialização permite tratar das mudanças nas relações trabalhistas, das novas formas de exploração do trabalho e da precarização enfrentada por grande parte da população, inclusive pelos próprios alunos e seus familiares (PEREIRA, 2021).

Dessa forma, a análise documental aponta que os temas ligados à classe social estão presentes nos componentes curriculares do 7º ao 9º ano, ainda que muitas vezes de forma interseccional com outras categorias, como gênero e raça. Essa presença revela o potencial do currículo para fomentar uma educação geográfica crítica, que leve os estudantes à reflexão sobre a estrutura social e as desigualdades presentes em diferentes escalas. A articulação desses conteúdos com metodologias participativas pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência social mais ampla e contextualizada (PEREIRA, 2021).

Quando aponta para as análises interseccionais, a autora reflete que devemos ter uma abordagem crítica e sensível dos conteúdos quando as demandas são implícitas, como no 6º ano, por exemplo, a habilidade que propõe a análise das modificações das paisagens pelos povos originários sul-mato-grossenses é acompanhada por questões que instigam os alunos a refletirem sobre a situação atual desses povos. Pereira (2021) observa que essa abordagem abre espaço para se discutir não apenas a questão racial, mas também as intersecções com gênero, ao considerar as heterogeneidades existentes dentro das próprias comunidades. Assim, a valorização da diferença e a aceitação do outro, presentes nas ações didáticas, podem ser compreendidas como oportunidades para abordar outras dimensões da diversidade, como religião, nacionalidade e sexualidade.

No 7º ano, a habilidade que trata da influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação do território brasileiro permite explorar como as desigualdades sociais e raciais se articulam historicamente. Pereira (2021) argumenta que, ao considerar os conflitos e tensões provocados pelos processos migratórios e pelas estruturas de classe no Brasil, é possível ampliar a discussão para incluir a categoria de gênero, especialmente quando se propõe o desenvolvimento de competências como valorização da diferença e aceitação do outro. Dessa forma, a autora reforça que o ensino de Geografia pode (e deve) promover uma reflexão crítica sobre a realidade social dos estudantes.

Dessa maneira, mesmo que as categorias de análise — gênero, raça e classe — nem sempre estejam destacadas de forma direta no currículo, a pesquisa de Pereira (2021) mostra que há margens pedagógicas possíveis para incorporá-las em abordagens interdisciplinares. Cabe ao professor interpretar essas possibilidades e construir um ensino que considere as múltiplas dimensões que compõem a experiência dos sujeitos no espaço geográfico.

4. Conclusão

Com base nas análises desenvolvidas por Pereira (2021), é possível concluir que, embora o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2019) não explice

de maneira sistemática e contínua as categorias de gênero, raça e classe, ele oferece espaços potenciais para que essas temáticas sejam exploradas criticamente nas aulas de Geografia. A pesquisa revela que tais categorias aparecem de modo articulado, sobretudo nas ações didáticas voltadas à valorização da diversidade, ao reconhecimento das desigualdades sociais e à análise dos processos históricos e espaciais que estruturam a realidade brasileira. As intersecções identificadas entre gênero, raça e classe não apenas reforçam a complexidade das dinâmicas socioespaciais, como também desafiam os docentes a assumirem uma postura reflexiva e propositiva diante do currículo. Assim, cabe à prática pedagógica tornar visíveis essas dimensões, promovendo um ensino de Geografia comprometido com a equidade, a justiça social e a formação cidadã crítica e sensível às múltiplas identidades e realidades dos estudantes.

5. Referências

- AKOTIRENE, Carla.** Interseccionalidade. São Paulo: Jandaíra, 2020. 152 p. (Feminismos Plurais). Coordenação: Djamila Ribeiro.
- BARDIN, Laurence.** Análise de conteúdo: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma.** Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021. 287 p. Tradução de: Rane Souza.
- MATO GROSSO DO SUL (ESTADO).** Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: educação infantil e ensino fundamental / Organizadores Helio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande: SED, 2019.
- MORAES, Roque.** Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- PEREIRA, Alessandra Alves.** A interseccionalidade no ensino de Geografia em Mato Grosso do Sul: uma análise dos conteúdos curriculares no Ensino Fundamental. 2021. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2021.